



SINOPSE SINTIUS

INFORMATIVO DIÁRIO DO SINDICATO DOS URBANITÁRIOS

13/05/2019

Disponível no site <http://www.sintius.org.br>

Capitalização reduz para a metade o teto

A capitalização proposta na reforma da Previdência pelo governo de Jair Bolsonaro (PSL) resultaria em uma aposentadoria com menos da metade do valor do benefício pago hoje pelo INSS para trabalhadores que contribuem sobre o teto previdenciário. “O benefício seria de 45% do que é pago pela Previdência hoje”, disse o consultor especializado em cálculos atuariais Newton Conde, que participou na sexta-feira (10) do debate sobre a reforma da Previdência promovido como parte das celebrações de aniversário de 20 anos do jornal Agora, editado pelo Grupo Folha.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 13/05/2019

Reforma da Previdência - 21 categorias pedem equiparação

Representantes de 21 categorias profissionais ligadas à segurança pública criticaram na última quinta-feira (9), em audiência na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara dos Deputados, o tratamento diferenciado dado pelo governo federal a civis e militares na reforma da Previdência. Ao encaminhar a reforma ao Congresso, o governo optou por definir as regras de aposentadoria e pensão de policiais civis e federais, de agentes penitenciários e socioeducativos e daqueles que desempenham atividades de risco por meio de uma proposta de emenda à Constituição (PEC 6/19). Já PMs e bombeiros militares seguirão as regras da reforma proposta para as Forças Armadas. O representante da Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais na audiência, Marcelo Azevedo, defendeu tratamento previdenciário diferenciado para as forças de segurança pública em relação ao cidadão comum. Azevedo, entretanto, disse que a reforma não deve fazer distinção entre os profissionais da segurança pública.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 13/05/2019

Debate sobre reforma na próxima terça

A Frente Parlamentar em Defesa da Escola Pública discute, nesta terça-feira (14), as mudanças sugeridas pela reforma da Previdência (PEC 6/19) para a aposentadoria dos profissionais da educação. De acordo com o texto do Executivo, os servidores públicos de ambos os sexos terão de contribuir por pelo menos 25 anos, além de atender outros dois pré-requisitos: pelo menos 10 anos na administração pública e 5 no cargo em que se aposentar. A idade mínima será de 65 anos para os homens e 62 para as mulheres. Os professores da educação básica de escolas públicas, de ambos os sexos, continuarão com condições diferenciadas e poderão se aposentar aos 60 anos de idade e 30 anos de contribuição, mais 10 anos de efetivo exercício no serviço público e 5 anos no cargo em que se dará a aposentadoria. A proposta do governo Jair Bolsonaro (PSL) também muda as regras para professores de escolas particulares se aposentarem.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 11/05/2019

Deputado Marcelo Ramos critica atuação do governo

O deputado federal Marcelo Ramos (PP-AM), presidente da comissão especial na Câmara que analisa a reforma da Previdência, disse nesta sexta-feira (10) que a decisão de outra comissão do Congresso de devolver o Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras) para o Ministério da Economia atrapalha a articulação nos debates sobre mudanças na aposentadoria. Segundo ele, a decisão da véspera não se trata de derrota do governo, porque legitimamente o Congresso tomou uma atitude baseada em padrões internacionais. "Agora, a confusão que decorreu disso faz dar passos atrás (no debate da Previdência), porque criou conflitos internos dentro de partidos que tem simpatia pela reforma, criou conflitos com o presidente da Câmara (Rodrigo Maia), descumpriu um acordo construído anteriormente e, acima de tudo, bagunçou a pauta da Casa, porque agora temos cinco medidas provisórias trancando a pauta", afirmou Ramos após evento na FGV em São Paulo. "O governo é muito inábil nesse trato com o Congresso. Hoje, o maior inimigo da reforma da Previdência é o governo", acrescentou. O presidente Jair Bolsonaro (PSL) havia aceitado recriar dois ministérios, o das Cidades e o da Integração Nacional, como moeda de troca para manter o Coaf sob o Ministério da Justiça de Sergio Moro.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 13/05/2019

Inflação fecha abril no maior nível desde 2016

A inflação oficial brasileira permaneceu em alta em abril, fechando o mês em 0,57%, informou nesta sexta-feira (10) o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Foi a maior variação para o mês de abril desde 2016. Nos quatro primeiros meses do ano, a inflação acumulada no país soma 2,09%, também a maior desde 2016, quando o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) fechou o ano em 6,29%. O IPCA de abril foi inferior aos 0,75% verificados em março, mas segue sendo pressionado por aumentos de preços dos alimentos e combustíveis. No mês passado, reajustes nos preços de itens de saúde e cuidados pessoais, principalmente os remédios, também contribuíram.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 11/05/2019

Anúncio de novas regras do Fundo de Garantia ainda não tem data

O governo estuda mudanças nas regras do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para elevar a rentabilidade do dinheiro dos trabalhadores e ainda flexibilizar as formas de acesso aos recursos pelos trabalhadores. Duas fontes do governo disseram ao jornal O Estado de S. Paulo que, entre as medidas em análise, está, inclusive, ampliar as possibilidades de saques. Os estudos ainda são incipientes e, a princípio, nada deve ser feito de imediato. "É uma medida de médio prazo. Não temos pressa e queremos dialogar com o Congresso. Não podemos perder a oportunidade de bem desenhar o fundo", afirmou ao Estado, na noite de quinta-feira (9), o secretário especial da Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues. Ele nega que haja intenção de liberar recursos do fundo. "Não há nada sobre isso na minha mesa " Pela manhã, porém, em entrevista coletiva no Rio, ele falava sobre mudanças no FGTS quando respondeu à pergunta específica sobre saques. "Sim, também, estamos estudando a questão de saque", disse. Questionado sobre as amarras hoje existentes para o acesso ao fundo, acrescentou: "Existem diversas formas de saque. Isso vai exigir mudança da lei. Por isso mesmo, queremos fazer de forma bem pensada, amadurecida. Estamos dialogando diuturnamente com o Congresso". Também está em estudo aumentar rentabilidade do FGTS, que hoje rende menos que a inflação. "É como se fosse um imposto ao trabalhador, você está retirando recursos em termos reais", afirmou o secretário.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 11/05/2019